

O perú de Bush Jr. como doutrina

Já sabíamos há muito que a mulher de César não tem de ser honesta, desde que faça tudo para o parecer. O perú de plástico que Bush Jr. ostentou para as televisões na visita que realizou às tropas americanas, no Iraque, não fez mais que o confirmar. O comentário do insuspeito Luís Delgado, na TSF, exaltando como um facto positivo a rapidíssima reacção de Morais Sarmento à notícia da revista «Visão» sobre o caso Lusíada, porque abona em favor da capacidade de reacção política a factos adversos que o actual governo demonstrou, também. O facto de se aprovar legislação por medida para se contornar os obstáculos de um quadro legal que, no entanto, se mantém inalterável para todos aqueles que não têm familiares ou amigos no governo e nos círculos do poder não é coisa que incomode, hoje, por aí além, o referido comentador. Do mesmo modo que não o incomodou o facto da decisão ter marginalizado, entre outros, ministros que deveriam ter uma palavra a dizer sobre o assunto, como José Luís Arnaut que supervisiona tudo o que diz respeito ao sector cooperativo ou Figueiredo Lopes que é o responsável pelo sector das fundações.

Enfim, os governos não têm que ser honestos, têm que fazer tudo para parecer que o são. Eis a moral da história que se depreende quer da doutrina que o perú iraquiano de Bush Jr. põe a nú, quer da intervenção que Luís Delgado protagonizou acerca do caso Lusíada. Uma moral que, no entanto, esconde alguma coisa. Em rigor, dever-se-ia afirmar, antes, face àquilo que nos é revelado quer por Bush Jr. quer por Luís Delgado que os governos não têm, de facto, que ser honestos desde que a sua máquina de propaganda se encontre bem afinada e activa, de forma a fazer-nos crer que o perú é verdadeiro e que o governo PSD/PP é honesto e competente.

Alguém se lembra da demissão de Isaltino Morais ou da palavra de honra de Martins da Cruz que, afinal, se mexera bastante mais em prol do futuro da filha do que aquilo que anunciara ao país? Que repercussões políticas tiveram as sanções duras e inéditas que o Banco de Portugal aplicou a Tavares Moreira, porta-voz do PSD para as questões das Finanças? O que irá acontecer com Abílio Morgado, o Secretário de Estado da Reforma Educativa, face à sua incapacidade em explicar o engrossar do número de falcatuas ao nível da colocação dos professores que o Sindicato de Professores da Zona Centro tem vindo a denunciar? Alguém se lembra ainda das promessas de David Justino acerca do combate à indisciplina nas escolas? O que mudou desde a implementação do decreto-lei que fez aprovar logo em Dezembro de 2002? Será que os professores deixaram de viver no inferno, passando a descansar em autênticos paraísos terreaux? E que mudanças substanciais ocorreram desde então, do ponto de vista da qualidade do ensino, com a introdução da nova legislação sobre avaliação que vinha pôr cobro ao laxismo que o Decreto-Lei nº 98/A de 1992 e, posteriormente, o Decreto-Lei nº 30 de 2001 instituíram? Porque é que os arautos do rigor e da exigência não desancaram, desta vez, na estratégia anunciada pelo Ministro da Educação, numa entrevista por si concedida ao «Expresso» (15/11/2003), quando este, em resposta à necessidade de melhorar a avaliação dos alunos portugueses nas provas do PISA, não propõe qualquer medida pedagógica de fundo, tal como tem andado a prometer, mas sessões de treino específicas que permitam, de forma manhosa e irresponsável, apresentar resultados que em nada correspondem ao que, de facto, os alunos sabem e aprendem nas escolas que frequentam? Porque é que não ouvimos o inefável Pacheco Pereira, a activa Filomena Mónica ou o sedutor Marcelo Rebelo de Sousa zurrir numa solução tão demagógica e perversa?

Os exemplos acerca da política educativa dos dois ministérios relacionados com a educação não se ficam por aqui. Há um filão imenso para explorar que permite demonstrar como o perú intragável de Bush Jr. constitui a expressão de uma doutrina política que, no caso português, tem vindo a apaziguar, por exemplo e por enquanto, os efeitos políticos da pateada que os bombeiros ofereceram ao Ministro da Administração Interna e, por sua vez, os benfiquistas dedicaram a Durão Barroso na inauguração do novo estádio da Luz. Uma doutrina que tenta transformar o inequívoco e dramático agravamento do défice do subsector Estado num facto aceitável, apesar de todos os congelamentos salariais e dos cortes a oito que a Drª Manuela Ferreira Leite tem andado a fazer em tudo o que é domínio do sector público e, dentro deste, nas áreas do social, da saúde e da educação. Uma doutrina que permite que os nossos comentadores comecem por ignorar a tese daquele ministro alemão que elege a política de finanças seguida pelo governo português como a prova do que não se deve fazer, em nome do PEC, num tempo de recessão económica, para, em seguida, se dedicarem, também, a justificar afanosamente as razões do voto favorável do mesmo governo às pretensões de quem manda em Paris e em Berlim, diametralmente opostas àquelas que o governo PSD/PP, contra todas as evidências e o mais perfeito bom-senso, tem vindo a assumir desde o início do seu mandato.

A questão, hoje, não consiste, no entanto, em saber até quando é que a doutrina do perú vai continuar a vigorar. É inútil discutir o que, actualmente, é o inevitável. A questão que se nos coloca é outra, passa por saber que formas concretas é que irá assumir. Uma pequena e discreta notícia, numa página ímpar de um jornal de referência, sob o negócio dos submarinos e a aquisição de armamento ou uma redacção inteligente e ortograficamente cuidada de um despacho inócuo e parcimonioso? A questão que se nos coloca, hoje, é a de saber, então, como é que enquanto cidadãos resistimos, o que é o mesmo que inquirir como é que participamos, nos dias que correm, na construção de uma sociedade democrática.